



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0013415-21.2011.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
Requerente: **Telecel Telecomunicações Ltda Me**
Requerido: **Banco Itaú Sa**

TELECEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME. ajuizou ação contra **BANCO ITAÚ S. A.**, alegando, em resumo, que manteve contrato de conta corrente e realizou seis contratos de empréstimo, mas viu-se impossibilitada de pagar, haja vista os juros astronômicos cobrados, sendo então compelido a refinanciar a dívida, por intermédio de novo empréstimo, pagando várias parcelas ao longo do tempo, mas a dívida crescia, ao invés de diminuir. Alegou ter constatado a prática ilegal de capitalização pelo réu, dentre outras irregularidades, tais como: cobrança de juros de parcelas que não venceram, contratação de empréstimo por mandatário indicado pelo próprio réu, eleição de indexadores alternativos, flutuação de taxas de juros e incidência indevida de comissão de permanência. Pediu a revisão dos contratos, para eliminação dessas ilegalidades, compensando no valor da dívida o montante atinente ao excesso pago.

Indeferiu-se o pedido liminar, de exclusão do nome de cadastro de devedores.

O réu foi citado e contestou o pedido, afirmando que a autora não utilizou o procedimento adequado, para obter a exibição de documentos, e impugnou os cálculos oferecidos com a petição inicial. Quanto ao mérito, refutou as teses da autora e repeliu a alegação de existência de ilegalidades ou abusos na relação contratual.

Deferiu-se a realização de exame pericial contábil.

Realizou-se a diligência, juntou-se aos autos o respectivo e deu-se vista dos autos às partes, sobrevindo manifestação apenas do réu.

Consta em apenso processo de embargos à execução opostos por **TELECEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME.**, **CARLOS HUMBERTO DA SILVA SANTOS** e **CÉLIA MARIA TOMAZ**, contra **BANCO ITAÚ UNIBANCO S. A.**, arguindo a insubsistência da execução contra si, pois excessiva a dívida cobrada, resultante de ilegalidades e abusos cometidos na apuração, o que é objeto da ação revisional. O embargado refutou tais alegações.

É o relatório.

Fundamento e decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Existe mesmo estreita relação entre a ação em que se pede a revisão dos contratos e a ação em que os devedores se rebelam contra a própria execução, convindo a reunião e julgamento conjunto de ambas as lides, para evitar hipótese de conflito.

Aliás, não há impedimento legal à revisão de contratos, mormente quando um deles foi firmado exatamente para ajustar e quitar saldo devedor anterior, cujo montante tornou-se controvertido.

Com efeito:

"A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores." (Súmula 286 /STJ). (AgRg no REsp 959.678/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 21/06/2011)

A execução tem por objeto cédula de crédito bancário emitida em 6 de abril de 2011 por Telecel Telecomunicações, sendo devedores solidários Célia Maria Tomaz e Carlos Humberto Silva Santos (v. fls. 107/111 do apenso).

Os juros foram contratados à taxa mensal de 2,50% ao mês, inexistindo qualquer indício concreto ou convincente de abusividade ou excesso.

Para a hipótese de impontualidade previu-se a incidência de comissão de permanência à taxa de mercado, juros moratórios de 12% ao ano e multa moratória de 2%.

A comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios (enunciados Súmulas 30, 294 e 472 do STJ).

Verifica-se pela planilha encartada na execução e exibida por cópia nos embargos (fls. 112/113) que **não há cobrança de comissão de permanência**, mas apenas dos juros contratuais, de 2,5% ao mês, o que permite então a cobrança também dos encargos moratórios: juros de mora e multa de mora.

Não houve cobrança de juros sobre prestações vincendas. O que o credor fez foi excluir do valor da dívida vincenda os juros também vincendas (confira-se a planilha).

Também não houve, em nenhum dos contratos, a constituição de obrigação pecuniária por intermédio de preposto do réu, por cláusula-mandato.

Mas o saldo dessa execução será afetado pela revisão do saldo da conta-corrente, objeto de refinanciamento.

Contrariamente ao que pareceu ao réu, a ação revisional não contém indevido pedido cumulado de exibição de documentos. Nada obstante, impedimento algum havia à requisição ou determinação de apresentação de algum documento, no curso do processo, necessário à realização do exame pericial contábil.

A pretensão é eliminar cláusulas tidas por abusivas e excluir encargos supostamente indevidos. Não há qualquer impedimento na lei processual à formulação de tais


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

pedidos.

A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar (STF, Súmula nº 648).

As disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. (STF, Súmula 596).

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assente no sentido de que, com a edição da Lei nº 4.595/64, não se aplicam as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, quanto à taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ut súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: Resp 436.191/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho, in DJ 24.03.2003; Resp 436.214/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, in DJ 18.12.2002 e Resp 324.813/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, in DJ 25.03.2002.

Conforme o entendimento sumulado *Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado* (STJ, Súmula 296).

E não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato (STJ, Súmula 294).

Segue exemplo da jurisprudência do TJSP:

Apelação 7034491300

Relator: Elmano de Oliveira

Comarca: Santos

Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 07/11/2007

Data de registro: 14/01/2008

Ementa: COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. A comissão de permanência à taxa de mercado é lícita, no período da inadimplência, desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula 30, do STJ), nem com juros remuneratórios, calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato (Súmulas 294 e 296, também do STJ). Recurso do réu desprovido, neste tópico. JUROS. Anatocismo. No caso dos autos, a prática de juros capitalizados não é irregular, pois é aplicável a medida provisória nº 1963-17/2000 (reeditada sob o nº 2170/36), que admite a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados após sua vigência. Sentença reformada. Recurso do réu Provido. REVISÃO CONTRATUAL. Taxa de juros. Limitação. Contrato bancário. Não se aplica a Súmula 596 do C. Supremo Tribunal Federal, ante a superveniência de normas gerais e especiais, codificadas, que infirmam a sua aplicabilidade. Inteligência do inciso III do artigo 1º e inciso V do art. 170, além da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

parte final do artigo 173, todos da Constituição Federal e do artigo 1º do Código de Defesa do Consumidor. Sentença reformada neste aspecto. Recurso do autor provido”.

A autora, com amparo no laudo de contabilista, sustenta a ilegalidade da capitalização de juros.

Sucede que na vigência da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (reeditada sob nº 2.170/36), permite-se a capitalização de juros, consoante iterativa manifestação do STJ, que lhe dá plena validade (AgRg no REsp. nº 787.619/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi; AgRg no REsp. nº 718.520/RS e AgRg no REsp. nº 706.365/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini), inexistindo qualquer violação ao disposto na Súmula nº 121 do STF. A propósito: TJSP, Ap. nº 7.147.363-1, Rel. Des. Maia da Rocha, j. 27.06.2007).

De fato:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL AOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.

1. Nos contratos bancários firmados após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (31.3.2000), é permitida a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal desde que expressamente pactuada.
2. No caso dos autos, o Tribunal de origem assentou que o instrumento contratual não foi juntado aos autos pela instituição financeira, inviabilizando a análise de sua pactuação.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 248.692/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/02/2013).

Sucede que o réu não exibiu os instrumentos contratuais, da abertura de crédito em conta corrente, o que impossibilitou confirmar a existência de cláusula expressa, prevendo a capitalização mensal de juros. Por isso, **relativamente à conta corrente, não incide a capitalização mensal, exatamente por falta de previsão expressa.**

Outrossim, inexistentes os instrumentos contratuais escritos, de acordo com o posicionamento firmado pelo E. STJ, a taxa de juros remuneratórios nos contratos devem ser limitados à média de mercado destas operações, de acordo com os índices estipulados pelo Banco Central, salvo se a taxa cobrada pela instituição financeira for mais vantajosa ao cliente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DA CADEIA CONTRATUAL.

POSSIBILIDADE. SÚMULA 286/STJ. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DO CONTRATO. TAXA MÉDIA DE MERCADO. DESCONTO EM CONTA CORRENTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA 1. "A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores." (Súmula 286/STJ).

2. Ausente o contrato entabulado entre as partes, prevalece a taxa média de mercado estipulada pelo Bacen nas operações da espécie.

3. "Não demonstrada a pactuação acerca da capitalização mensal dos juros e da comissão de permanência, inviável a incidência de tais encargos" (REsp 1039878/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 20/06/2008).

4. Não evidenciada a taxa de juros moratórios estipulada, porquanto não juntados aos autos o contrato pactuado, de ser mantido o entendimento do acórdão objurgado, no sentido de aplicar, ao caso, o artigo 1063 do Código Civil de 1916, mantendo os juros devidos em 6% ao ano.

5. Inviável o recurso especial (quanto ao pleito de manutenção dos descontos em conta-corrente) fundado na divergência jurisprudencial se não demonstrada a similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido.

6. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

7. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 959.678/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 21/06/2011)

Note-se que o perito judicial apurou o saldo devedor da conta corrente com base na taxa divulgada pelo Banco Central, mas o fez com capitalização mensal, quando admite-se apenas em periodicidade anual.

Relativamente às Cédulas de Crédito Bancário, admite-se a capitalização mensal:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO EM CONTA CORRENTE. DEVEDOR QUE ASSINOU O CONTRATO APENAS COMO DEVEDOR SOLIDÁRIO. RENOVAÇÕES AUTOMÁTICAS. VALIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. POSSIBILIDADE.

1.- "Responde pelas obrigações decorrentes do contrato de empréstimo quem, além de prestar aval no título de crédito a ele vinculado, assume a posição de devedor solidário no referido contrato." (REsp 107245/GO, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 16/09/2002 p. 187).

2.- A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69) (Súmula 93/STJ), cédula de crédito bancário (Lei n. 10.931/04), bem como nas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00).

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1405899/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 03/12/2013)

Com o vencimento do mútuo bancário, o devedor responde exclusivamente pela comissão de permanência (assim entendida como juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade, acrescidos de juros de mora e multa contratual) sem cumulação com correção monetária (Recursos Especiais repetitivos n. 1.063.343/RS e 1.058.114/RS; Súmula n. 472/STJ; AgRg no AREsp 77.451/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 18/11/2013).

Destarte, não há impedimento à oscilação da taxa de juros ao logo do tempo.

A propósito, a Súmula 472 do STJ dispõe:

A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.

Para exclusão do nome do devedor dos órgãos de proteção não basta o ajuizamento de ação revisional de contrato, é necessário que se demonstre que a contestação da cobrança indevida se funda na fumaça do bom direito e que haja caução idônea, o que não ocorreu no caso dos autos (TJSP, Apelação nº 7.131.164-1, Rel. Des. Tércio José Negrato, j. 30.07.2007).

Haverá alteração do saldo devedor relativos às contas correntes, por efeito da exclusão da capitalização mensal. Bem por isso, o valor de cada operação financeira instrumentalizada em cédula de crédito bancário também sofre alteração, pois o valor creditado no refinanciamento foi superior àquele efetivamente devido (v. fls. 219). Destarte, cumpre excluir o nome da devedora do cadastro negativo.

Diante do exposto, **acolho em parte os pedidos** apresentados por **TELECEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME.** contra **BANCO ITAÚ UNIBANCO S. A.**, o que faço para excluir a capitalização de juros devedores nos contratos de conta-corrente, admitindo a incidência pela taxa média de mercado dessas operações, de acordo com os índices estipulados pelo Banco Central, salvo se a taxa cobrada pela instituição financeira for mais vantajosa ao cliente, porém com capitalização apenas anual, bem como para limitar a comissão de permanência à taxa média de mercado (não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

normalidade, acrescidos de juros de mora e multa contratual) e explicitar que sua incidência exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual (STJ, Súmula 472).

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas e despesas processuais em igualdade, observando quanto à autora o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

Acolho em parte os embargos opostos por **TELECEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME., CARLOS HUMBERTO DA SILVA SANTOS e CÉLIA MARIA TOMAZ**, contra **BANCO ITAÚ UNIBANCO S. A.**, o que faço para reduzir a operação financeira instrumentalizada na Cédula de Crédito Bancário ao saldo devedor efetivamente existente em 4 de abril de 2011, conforme se apurar por resultado da revisão do saldo da conta-corrente 73.498-1 (afinal, a cédula teve por escopo refinanciar o saldo devedor, que não era aquele confessado no Campo 2.6, de R\$ 93.655,98), incidindo os mesmos juros contratados (Campo 1.6 da Cédula), sendo que a cobrança de comissão de permanência (cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato) exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.

Também nos embargos, responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando quanto aos embargantes o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

Vedo a inscrição do nome da correntista e dos devedores solidários em cadastro de devedores, na pendência da apuração do saldo devedor contratual, e determino a exclusão, se já estiver averbado.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de dezembro de 2013

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
